



*Reunião da Assembleia Intermunicipal
13 de Dezembro de 2010
Acta nº. 4*

Na sede da CI Região de Aveiro, em Aveiro, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal, presidida pelo Presidente da Assembleia Intermunicipal, Rogério de São Bento Camões, ladeado pelo Vice-Presidente, Álvaro de Oliveira Gomes e pelo Secretário, Ernesto Carlos Rodrigues Barros.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Carlos Alberto Baptista Guerra, José Carlos Raposo Marques Vidal, Hilário Manuel Ferreira dos Santos, Manuel Augusto de Almeida Farias, Paulo Manuel Matos Soares, Delfim do Santos Bismark Álvares Ferreira, Maria de Lurdes Sousa Tavares da Silva, Olga Marques dos Santos Ladeira, José Lagoa Duarte, Lúcia Maria das Neves Pires Cerca, Maria Lúcia Braga Araújo, Rui António de Almeida Marinha, Jorge Carvalho Arroteia, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Raul Ventura Martins, Manuel José Prior Pedreira Neves, Paulo Jorge Lopes Anes, José Augusto da Luz Matos, Paulo Marco de Matos Couceiro e Costa Braga, Pedro Rodrigues de Almeida Matos, António José Flor Agostinho, António Pedro Oliveira Martins, Maria de Fátima Ramos Bola, Paulo Manuel Namorado Nordeste, Augusto Carlos dos Santos Leite, José Alcides Ramos Pereira, José Manuel Andrade Simões, Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto, Gladys del Carmem Ferreira de Oliveira, Manuel Nunes Simões dos Santos, Nuno Ricardo Veloso das Neves Barata, Rogério Mário dos Santos, José de Figueiredo Lino, José Eduardo Alves Fragateiro, Sérgio Paulo Borges de Pinho Pereira, Maria Cecília Reis Almeida Oliveira, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva, José Luís da Silva e Almeida, Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira, Ercília Maria Marques Pedro, Joaquim António Pires Plácido, Jorge Luís Nunes de Oliveira, Manuel Marcelino Santos Manangão, Rogério Simões, Carlos Manuel Simões das Neves.

Estiveram ausentes os membros: José Gonçalo Borges da Fonseca, António Manuel Valente de Sousa, António Rafael das Neves Timóteo. Justificou a falta, Fausto Miguel Vidal Meireles de Azevedo e Mário Júlio Carlos Ramos. O membro José de Almeida Valente comunicou a suspensão e não foi ainda substituído.

Passando de imediato à Ordem de Trabalhos constante da respectiva convocatória.

1. Informações:

O Presidente do Conselho Executivo começou por justificar a ausência do Secretário-Executivo desta reunião, por motivos de saúde, uma situação que se prevê prolongada e que tentará gerir o melhor possível.

Informou igualmente a Assembleia da constituição formal da sociedade anónima Parque Ciência e Inovação, no final do mês de Setembro, a funcionar com a plenitude de funções. A respectiva equipa técnica está constituída e a funcionar desde o passado dia 1 de Novembro.

Por último, informou a aprovação, pelo Mais Centro, da candidatura Rede Urbana para a Competitividade e Inovação, muito importante para se preparar com sucesso o futuro da nossa região, designadamente na “Estratégia 2020”, para o período de 2014 a 2020.



Representa um investimento de cerca de nove milhões de euros com um financiamento de seis milhões de euros. Abrange quatro áreas de intervenção e onde interagem 19 entidades, e tem um prazo de execução de três anos. É um projecto único a nível nacional, que demonstra capacidade inovadora.

Nuno Ferreira (Sever do Vouga) solicitou uma informação mais detalhada sobre os projectos em curso, designadamente do projecto da Contratualização. Considerou igualmente que seria importante proporcionar aos membros da Assembleia uma informação escrita sobre as actividades mais relevantes da associação.

O Presidente do Conselho Executivo assumiu o compromisso de não mais faltar essa informação escrita à Assembleia Intermunicipal.

2. Apreciação e Votação da 2ª Revisão às GOP's 2010:

O Presidente do CE informou que esta 2ª Revisão às GOP's 2010 visa dar o cabimento orçamental para que o procedimento concursal esteja totalmente correcto.

Manuel Farias (Águeda) solicitou esclarecimentos relativamente às datas dos documentos e aos montantes a inscrever para 2011.

O Presidente do Conselho Executivo reafirmou que esta revisão visa dotar o instrumento de planeamento de 2010 da verba que tem de contemplar para 2011, uma vez que o procedimento concursal tem implicações em 2010 e 2011 e o cabimento de 2011 não estava capaz de suportar esse valor.

Augusto Leite (Murtosa) solicitou esclarecimentos adicionais sobre as verbas a inscrever no ano 2011.

O Presidente do Conselho Executivo reiterou que não é preciso retirar verbas de nenhum lado, uma vez que a inscrição de verbas em anos seguintes é livre.

O Presidente da Assembleia Intermunicipal colocou a votação o segundo ponto da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados:

Apreciação e Votação da 2ª Revisão às GOP's 2010, aprovada por maioria, com uma abstenção, e em minuta.

3. Apreciação e Votação das GOP's, Orçamento e Mapa de Pessoal 2011:

O Presidente do Conselho Executivo referiu que os objectivos para o ano 2011 são uma repetição saudável dos objectivos de 2010, face à dimensão plurianual dos projectos. O ano de 2010 foi de arranque para a maior parte dos projectos da Comunidade.

A sustentação financeira deste plano está garantida pela assinatura de contratos de financiamento dos fundos comunitários, pela transferência das quotas dos municípios associados e ainda pelas transferências do Orçamento de Estado. Por outro lado, referiu que grande parte dos custos com recursos humanos estão cobertos pelo financiamento dos próprios projectos.

José Matos (Estarreja) questionou a existência de risco da não execução da totalidade do financiamento do Polis, face à não nomeação do representante do Estado pelo Ministério das Finanças. Por outro lado, questionou qual a intenção de activar o Conselho Consultivo, qual a sua composição e com que estrutura funcionará.

Paulo Nordeste (Ílhavo) solicitou esclarecimentos relativamente ao aumento dos custos genéricos com pessoal e ao montante inscrito no SIGRia, de 500 mil euros.

Delfim Bismark (Albergaria-a-Velha) referiu que no ponto das GOP's referente à cultura e ao desporto não é referido o património edificado, considerando que este é dos principais aspectos do meio cultural.





Augusto Leite (Murtosa) considera que se deveria colocar à reflexão da CIRA o grande descontentamento que circula na região em relação à empresa AdRA, designadamente na aplicação de taxas ao comércio, desde logo para o patamar máximo, e não de forma faseada. Neste sentido, deveria ser verificada a forma como está a ser aplicado o acordo entre os municípios e esta empresa.

Manuel Coimbra (Aveiro) considera que nesta questão da água está a faltar um relatório de execução, para se fazer uma avaliação ponderada, sustentada em dados concretos e objectivos. Salientou a importância do acompanhamento pela CIRA de um conjunto de obras do governo com relevância e impacto na região, designadamente a Unidade de Tratamento Mecânico-Biológico, instalada no município de Aveiro. Por outro lado, considera que há uma série de compromissos do governo que estão a ficar na gaveta, designadamente a ligação Aveiro - Águeda, com impactos para além destes dois municípios, bem como o nó na A1 para acesso directo a esta unidade de tratamento de resíduos. Referiu ainda a importância dos municípios se organizarem na conceção de uma rede de transportes de serviço público, para desta forma poder reivindicar junto do poder central.

Hilário Santos (Águeda) considera que na questão da AdRA o sentimento é semelhante em todos os municípios, alertando para o problema específico das ligações nos projectos contra incêndios das empresas, onde se espera que não passe nunca água, logo uma situação diferente, e que deverá ser revista. Referiu igualmente que a ligação Águeda – Aveiro seria inicialmente uma SCUT paga e que devemos lutar por esta situação. Considera também importante que a CIRA se debruce sobre a questão dos Centros de Saúde e que esta situação deve ser encarada de forma global e não municipal.

Raul Martins (Aveiro) considera que o problema das águas é o problema dominante e a CIRA tem de tomar posição nesta matéria.

Jorge Oliveira (Vagos) considera que nesta questão das águas é particularmente preocupante a situação das IPSS e dos Bombeiros Voluntários face ao aumento brutal que se verificou.

Manuel Prior (Aveiro) considera importante o acompanhamento da criação do Hospital Central e Universitário de Aveiro com uma tomada de posição e que esta centralização não se deva apenas a ganhos de gestão, desqualificando os hospitais de Águeda e Estarreja.

Na resposta aos membros da Assembleia, o Presidente do Conselho Executivo começou por referir que o risco de execução da Polis não tem a ver com a nomeação do representante do Ministério das Finanças, mas é antes um sinal de como as coisas estão, nesta dependência do Ministério das Finanças e excesso de centralismo. O risco está nos procedimentos contratuais e nos prazos que se arrastam comprometendo os fundos comunitários referenciados e em algum fundamentalismo do Ministério do Ambiente, designadamente do ICNB, na escolha de projectos em que tem de haver avaliação de impacto ambiental. No entanto, considera que actualmente as questões estão ultrapassadas e o ICNB tem uma atitude diferente.

Relativamente ao Conselho Consultivo considera importante o amadurecimento da vivência da Associação e perspectiva a sua activação no Congresso, em Fevereiro, constituindo-se como um patamar de relações com instituições públicas e privadas relevantes, e associações globalmente representativas da nossa região, de todas as tipologias.

Sobre a Estratégia 2020 considera importante perceber-se o mundo em que hoje vivemos, para se perceber que a primazia da coesão, puxando pelas regiões subdesenvolvidas,





não é a actual, e que o paradigma é agora diferente, usando os fundos para aumentar a competitividade da União Europeia no cenário competitivo internacional.

Relativamente à questão da AdRA o Presidente do Conselho Executivo referiu ter tomado devida nota de todas as questões, algumas já do seu conhecimento, reiterando a total confiança na estrutura e na equipa. Considera que a resposta da AdRA é também uma resposta a um mundo novo e à insustentabilidade dos orçamentos municipais. Considera que está a ser feita uma aplicação rigorosa do que foi contratualizado e informou que a harmonização do tarifário não doméstico é mais rápida. Referiu ainda que já estão em curso investimentos de cerca de 10 milhões de euros.

Sobre a questão do aumento dos custos de pessoal referiu que tal se deve a recursos humanos no âmbito do GAC-RA e da RUCI, com a vantagem de que cerca de 90% da despesa com pessoal é elegível nos respectivos projectos.

Relativamente à questão da verba inscrita no SIGRia referiu que se trata de *upgrades* ao sistema, quer no nível central quer nos municípios, para manutenção da capacidade.

Sobre a questão do património edificado o Presidente do Conselho Executivo considera que merece, de facto, uma referência explícita, face à sua relevância.

No que diz respeito ao acompanhamento de obras municipais considera que a CIRA pretende acompanhar tudo o que tenha relevância para a região, tendo optado por colocar algumas referências no Plano. Na questão específica do Hospital Central referiu que a principal preocupação se resume a dois aspectos: por um lado ser um hospital central, com urgências polivalentes e um conjunto de valências técnicas, e por outro lado, ser um hospital universitário.

O Presidente do CE referiu ainda estar a ser ultimado o caderno de encargos do Plano Intermunicipal de Mobilidade que integra a componente dos transportes, em que estão envolvidos 500 mil euros de FEDER. Foi dada uma orientação política aos municípios para desenvolverem os seus Planos Municipais de Mobilidade em simultâneo com o Plano Intermunicipal.

O Presidente da Assembleia Intermunicipal colocou a votação o ponto número três da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados:

Apreciação e Votação das GOP's, Orçamento e Mapa de Pessoal 2011, aprovada por maioria, com duas abstenções, e em minuta.

4. Apreciação e Votação de proposta de Regimento apresentada pela Mesa:

O Presidente da Mesa referiu que foi enviado a todos os membros desta assembleia uma proposta de regimento depois de compiladas as várias sugestões e ideias recebidas, tendo a mesa chegado a um consenso e introduzindo as alterações consideradas pertinentes.

Manuel Coimbra (Aveiro) referiu ter uma apreciação positiva deste documento, muito melhor que o analisado da última vez, considerando que há aspectos que podem ser modificados, como por exemplo a introdução no período da ordem do dia de uma apreciação da comunicação escrita do Conselho Executivo, já mencionada.

Armando Pinto (Oliveira do Bairro) referiu ter muitas reticências relativamente ao art. 8º, respeitante ao preenchimento de vagas, uma vez que se passa esta responsabilidade para as Assembleias Municipais, considerando não ser exequível, uma vez que cada assembleia entende as substituições de maneira diferente.

O Presidente da Mesa considera que essas substituições são da competência da Assembleia Municipal e não da Assembleia Intermunicipal.



Jorge Oliveira (Vagos) considera que há uma série de questões que poderia ser melhorada, como por exemplo a questão da assembleia ter de começar às 18 horas, ou a declaração de voto ter de ser apresentada até ao final da sessão, quando poderia ser entregue num prazo de 5 dias. -----

O Presidente da Mesa reiterou que a todo o tempo é susceptível de se alterar um ou outro artigo, podendo ser introduzido na ordem de trabalhos da respectiva reunião. -----

Raul Martins (Aveiro) referiu que o principal problema é quando se pretende um regimento de 45 artigos, onde se quer regular tudo, havendo coisas que não faz sentido regulamentar. A Mesa tem de ter latitude suficiente para resolver certas questões. -----

O Presidente da Mesa manifestou a sua concordância mas referiu não ter recebido nenhuma proposta de redução do número de artigos do regimento. Reiterou que é sempre possível fazer pequenas alterações a esta proposta. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal colocou a votação o quarto ponto da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados: -----

Apreciação e Votação de proposta de Regimento apresentada pela Mesa, aprovada por maioria, com quatro votos contra e treze abstenções, e em minuta. -----

5. Outros assuntos: -----

José Matos (Estarreja) alertou para a questão das portagens no percurso Angeja – estádio municipal de Aveiro, uma via que foi agora portajada, sendo que o trajecto mantém a mesma configuração do traçado inicial e não se comprehende a sua concessão, devendo haver uma tomada de posição da CIRA nesta matéria. -----

O Presidente do Conselho Executivo referiu que já foram tomadas quatro posições públicas escritas neste âmbito e foram efectuados dezenas de contactos com o Governo. Foi um processo de grande intensidade e considera que a Comunidade exerceu a sua função na defesa da região. -----

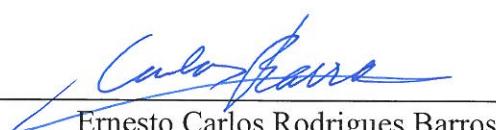
Não havendo outros assuntos o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião cerca das vinte horas e trinta minutos, da qual foi lavrada a presente acta, assinada pelos membros da Mesa. -----



Rogério de São Bento Camões



Álvaro de Oliveira Gomes



Ernesto Carlos Rodrigues Barros